

Vestígios de uma época: Pessoa de Moraes e a historiografia da “revolução brasileira”*

Vestiges of an epoch: Pessoa de Moraes and the historiography of the “Brazilian revolution”

Ricardo Ramos Shiota¹

rrshiota@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8932-8130>

Resumo: O artigo apresenta e comenta o livro *A sociologia da revolução brasileira*, de 1965, de José Xavier Pessoa de Moraes (1925-2004), insigne sociólogo de Recife. A historiografia da revolução brasileira era otimista com a possibilidade de o Brasil romper com o passado e “civilizar” o capitalismo. Pessoa de Moraes se mostrou mais cético com essa possibilidade, a despeito de se posicionar favoravelmente ao projeto de desenvolvimento capitalista com independência econômica, democracia e soberania nacional. O Golpe de 1964, no entanto, abortou o espírito de uma época, que animava os livros de diversos intelectuais que usaram a categoria revolução brasileira.

Palavras-chave: interpretações do Brasil, sociologia brasileira, historiografia.

Abstract: This article presents and comments on the work *A sociologia da revolução brasileira* (The sociology of the Brazilian revolution), published in 1965 by José Xavier Pessoa de Moraes (1925-2004), a prominent sociologist from Recife, Brazil. The historiography of the Brazilian revolution was optimistic about the possibility of Brazil breaking with its past and “civilizing” capitalism. Pessoa de Moraes was skeptical of this possibility, in spite of his favorable stand towards the project of capitalist development combined with economic independence, democracy and national sovereignty. The military coup d’état of 1964, however, aborted the mindset of a generation that motivated the literary production of several intellectuals that employed the category Brazilian revolution.

Keywords: interpretation of Brazil, Brazilian sociology, historiography.

* Este artigo foi escrito durante estágio de pós-doutorado no PPGSP-UENF com bolsa Capes/PNPD.

¹ Professor Colaborador no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Av. Ver. João Rodrigues de Melo, S/n - Jardim Santa Mônica, Paranaíba - MS, 79500-000.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em apresentar e comentar o livro do sociólogo Pessoa de Morais *Sociologia da revolução brasileira* (SRB), de 1965, obra que dialoga com a historiografia que utilizou a categoria revolução brasileira. Com informações biográficas, o texto a seguir reconstrói o contexto intelectual e comenta a obra de forma a contribuir para tirar do esquecimento o autor e um de seus principais livros, que o acaso, o título, a capa e a situação política na qual foi publicado contribuíram para que se tornasse praticamente desconhecido. “O acaso é que deveria ter sido editado em abril de 1964. Por causa do movimento militar, somente uns poucos exemplares saíram da gráfica. É um livro quase inédito” (Entrevista com Abdias Moura, 2019, p. 1). Cabe destacar que tanto SRB como *Tradição e transformação no Brasil* (TTB), também de Morais, publicado em 1966, tiveram seus direitos adquiridos por editores dos EUA, Espanha, Alemanha e França².

José Xavier Pessoa de Morais (1925-2004) nasceu em Timbaúba, foi bacharel em Direito, advogado público e professor de Sociologia (Moura, 2014). Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1950, mesmo ano em que Pinto Ferreira o apresentou, ao prefaciá-lo um texto sobre Sorokin, “jovem estudioso pernambucano que fundamenta a sua concepção de mundo numa base científica e humanista, servido por um espírito brilhante cujo valor já foi diversas vezes revelado [...]” (Ferreira, 1950, p. 8). Tornou-se professor assistente de Sociologia ao ingressar na Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia de Recife em 08 de abril de 1954. Foi colunista no Suplemento Literário do *Diário de Pernambuco* e publicava ensaios de crítica literária no *Correio da Manhã* (RJ). Em 1967, foi nomeado Professor Catedrático da Cadeira de Metodologia e Técnica de Pesquisa Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Anos depois foi para o Departamento de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e, em 1980, tornou-se assessor, colaborador de intercâmbio científico, humanístico e tecnológico da UFPE na Televisão Universitária. Após 36 anos de trabalho na instituição, Morais aposentou-se em 31 de maio de 1990³.

Na década de 1960, o professor foi assistente de Pinto Ferreira e recebeu elogios de ninguém menos que Gilberto Freyre:

[...] não falta um incisivo domínio de escritor, além de analítico, intuitivo, sobre as palavras de que se serve para os seus esforços de análise e para os arrojados de síntese: as palavras técnicas e as comuns, as eruditas e as vulgares. Nas atuais letras sociológicas e para-sociológicas do Brasil pertence ao pequeno número dos que, sem resvalarem em confuso verbalismo, se exprimem através de um verbo quase sempre vigoroso e, por vezes, até pitoresco. É escritor. Escritor dos melhores, da nova geração brasileira de jovens já mestres (Freyre, 1965, p. 15).

Em depoimento, Abdias Moura relatou que

Pessoa de Morais foi um pernambucano de inteligência excepcional. Nascido na cidade de Timbaúba, bacharel pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, na década de 1950. Escreveu artigos no Diário de Pernambuco, comandou programas de entrevistas na TV Universitária e escreveu um bom livro que ficou marcado pelo acaso [Sociologia da revolução brasileira] (Entrevista com Abdias Moura, 2019, p. 3).

SRB e TTB oferecem uma sofisticada interpretação ensaística do Brasil e desenvolvem a tese segundo a qual os valores patriarcais, telúricos tradicionais se projetam na sociedade capitalista, combinando-se com os novos valores urbanos, burgueses e operários. A sociedade de seu tempo estaria sujeita “às raízes inconscientes do nosso passado”, que se projetam no presente na forma de tendências ou constantes históricas através de um acervo de experiências rurais. Categorias do passado brasileiro como patriarcalismo e “semifeudalismo” (termo usado por Morais) se conservariam através de concepções de mundo, valores e condutas fidedignas a essa ética senhorial. Nessas obras, o autor procura mostrar a combinação de tradição e modernidade, de valores e formas antigos e novos, principalmente nos aspectos mais sutis de nossa realidade cotidiana, nos planos mais íntimos e nos detalhes da vida social.

Na pesquisa bibliográfica, identifiquei menções de alguns autores ao livro SRB. Haroldo Bruno (1969) conheceu Morais quando eram jovens em Recife, afirma que o autor já era preocupado com “doutrinas psicossociais” para desvendar o caráter nacional de nosso povo.

Aqui a metodologia, a avaliação do material, a linguagem e o estilo se inserem na linhagem de sociólogos,

² Informação encontrada no arquivo digitalizado do Correio da Manhã. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso: 15/01/2020.

³ Informações obtidas na UFPE mediante requisições ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). A única documentação encontrada na instituição foi o processo de aposentadoria do autor, do qual me foram enviadas apenas algumas poucas páginas, em razão de conter informações sensíveis, que dizem respeito à intimidade e vida privada do ex-servidor.

ou ensaístas sociais, ou historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre que associam a objetividade da problemática de sua especialização o interesse das conclusões, o instrumento tanto quanto possível exato, o equacionamento racional, a visão intuitiva, ao cunho humanista e à arte de escrever. A disciplina que abraçou, ele sabe, pertence à esfera cultural, onde a interpretação psicológica, os pontos de interseção entre os fatos concretos e os reflexos criadores do espírito tornam-se necessários (Bruno, 1969, p. 4).

Segundo ele, Pessoa de Moraes reúne rigor científico e intuição; seus textos de interpretação do Brasil consideram as raízes formadoras, os costumes, os hábitos, as instituições culturais e populares, os valores em busca dos fundamentos do “homem brasileiro” em meio às rápidas transformações ocorridas no século XX. Além disso, diz o comentarista, consegue conectar as dimensões psicológicas e sociais, micro e macrosociológicas, com as virtudes de escritor.

Se o universo do estudioso social não se limita aos fenômenos que formam o tecido histórico e às leis que regem sua dinâmica, mas, ao mesmo tempo, compreende os projetos, as linhas conjecturais, as relações da intersubjetividade, enfim, algo que escapa aos critérios rígidos de sistematização, ao esforço de redução a planos objetivos, se isto é certo, impõe-se o apelo a certas virtudes, que são antes do escritor, num sentido lato, do que do cientista puro (Bruno, 1969, p. 4).

Abdias Moura (1985) dedica cinco parágrafos a Pessoa de Moraes ao versar sobre o surgimento da sociedade capitalista no Brasil e como ela inaugura uma “mentalidade burguesa”. Porém, questiona a ausência de “uma explicação clara para a abrangência totalitária” (Moura, 1985, p. 303) desta “ética burguesa”. Em outro livro, Moura (2014) tece um comentário sobre SRB, no qual destaca a presença do acaso na história desse livro, que estava previsto para ser publicado em 1964. Entretanto, por razões políticas só saiu no ano seguinte, depois de muita hesitação do autor.

Um dos primeiros cuidados dos novos governantes foi apreender, nas livrarias, as edições que fossem consideradas subversivas ao novo regime. Assim, um livro que exigira tanto trabalho (no todo, 343 páginas, em tipo 8), e tão bem prefaciado, permaneceu na oficina gráfica “Folha Carioca”, à espera de uma palavra do autor. Este morando em Pernambuco, demorou-se a tomar uma decisão. Amigos sugeriram-lhe que mudasse o título da obra, mantendo o texto, que nada tinha

de “subversivo”. Mas a capa já estava impressa, com a reprodução de um expressivo quadro de Portinari sobre o flagelo da seca no Nordeste (aliás, sem crédito do autor) e, penso, sem muita ligação com o conteúdo da obra. A isso se negou Pessoa de Moraes, que preferiu fazer alguns adendos ao Posfácio, referindo-se ao que chama de “Movimento de Abril”. Assim não o trata como revolução, nem como golpe militar. [...] O livro chegou a ser editado (tenho um exemplar, autografado pelo autor em junho de 1965), mas não teve qualquer divulgação, ao que eu saiba. Pelo menos, ninguém falou dele, se não estou totalmente enganado, sendo este o primeiro comentário que recebi, neste meio século de existência [...] (Moura, 2014, p. 80-81).

O prefácio redigido por Gilberto Freyre saiu primeiro, foi publicado no dia 04/04/1964 no *Correio da Manhã* (RJ) com o título “Um sociólogo do Recife e seu próximo livro”. Em seguida, o texto que serve de “orelha” foi publicado no mesmo jornal, no dia 24 de abril com o título “Sociologia da revolução brasileira. Artigo a propósito de um livro – a ser lançado dentro de poucos dias – que representa uma nova interpretação da sociedade brasileira de hoje”, escrito por José Barbosa Mello, editor da revista de crítica bibliográfica *Leitura* e da Editora *Leitura*. No entanto, o livro só foi lançado no dia 11 de junho de 1965, conforme anúncio no *Correio da Manhã* do dia 8 de junho de 1965.

A capa do livro reproduz o quadro “Gente”, da série “Os retirantes” de Cândido Portinari, o qual, de fato, não tem relação direta com o livro. Além disso, o título o colocava no *index* do governo ditatorial. “Milhares de livros foram sumariamente confiscados de livrarias e das editoras pelas mais diversas razões: por falarem de comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas” (Hallewel, 1985, p. 483). As editoras progressistas sofriam boicote do regime, que pressionava bancos para não concederem empréstimos ou bancas de rua e livrarias para não venderem os livros daquelas editoras. Para se ter ideia, ainda “em fins de 1978 havia perto de quinhentos livros proibidos no Brasil” (Hallewel, 1985, p. 501). Além da censura política, o setor enfrentava dificuldades econômicas, as quais faziam com que ninguém publicasse “qualquer livro que não oferecesse a certeza de ser vendido rapidamente” (Hallewel, 1985, p. 458).

Segundo Abdias Moura,

Durante o período dos governos militares, as livrarias ficaram com medo de expor em suas prateleiras a “Sociologia da revolução brasileira”, de Pessoa de

Morais. Pinto Ferreira sugeriu, por brincadeira, que ele mudasse o título do livro para “Sociologia da Revolução Salvadora”, depois que o Marechal Castelo Branco assumiu o governo (Entrevista com Moura, 2019, p. 2).

Após o Golpe de 1964, vários intelectuais na capital pernambucana foram perseguidos pela Ditadura. Havia uma grande efervescência intelectual e política na cidade, capital do Estado sob o comando de Miguel Arraes, cujo governo era apoiado pelas esquerdas, inclusive pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Figuras como Dom Hélder Câmara, Francisco Julião, Paulo Freire, Gregório Bezerra e muitos outros são a expressão de um movimento de transformação religiosa, cultural, educacional e política na capital pernambucana e na sociedade brasileira daqueles idos. Com a intervenção militar no Estado de Pernambuco, os cursos de Gláucio Veiga sobre marxismo foram usados para acusá-lo de “subversivo”; além dele, Abdias Moura, Pessoa de Morais, estudantes, outros professores da UFPE e, sobretudo, os membros do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, ligados a Paulo Freire (idealizador e diretor), foram politicamente perseguidos (Veras, 2010).

Na segunda semana de junho de 1965, 28 pessoas foram acusadas de subversão na Universidade de Recife. O lançamento do livro SRB coincidiu com a data da denúncia de seu autor no Inquérito Policial Militar (IPM)⁴. Conforme Abdias Moura Gláucio Veiga “lá teria dito: - “Não sou marxista, sou hegeliano!”. Com essa conversa, ele escapou da prisão”, já ele próprio precisou “ir até o Supremo [Tribunal Federal], para dizer que era uma denúncia indébita, porque não tinha fato nenhum. Só dizia que eu era esquerdista, mas sem dizer o que eu fiz em favor das esquerdas” (Entrevista com Abdias Moura, 2019, p. 17). Nas palavras dele,

Pessoa de Morais esteve no mesmo inquérito que eu. Naquele ambiente, todo mundo estava com medo, mas nós dois também não fomos presos. Certo dia, ao depor, um militar me perguntou: - “O senhor foi presidente do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco?” Respondi: - “Fui, sim”. Ele continuou: - “Houve alguma greve, nessa época?”. Antes que eu falasse, Pessoa de Morais disse em voz alta: - “Oh! E greve é proibido?”. Todo mundo caiu na gargalhada, até alguns militares riram (Entrevista com Abdias Moura, 2019, p. 17-18).

Ele foi absolvido. E, conforme Heraldo Souto Maior (2019) narrou,

Aconteceu que uma das pessoas que estava sendo investigadas, esse foi condenado. Foi Antônio Bezerra Baltar, foi um dos fundadores do Partido Socialista e da esquerda democrática. E Baltar me contou que ele foi interrogado por um capitão ou major, disse que era uma pessoa muito cortês. Ai, em seguida, veio Pessoa de Morais para ser interrogado, diz que o major fez a pergunta a Pessoa, Pessoa começou a falar e o major não pode mais fazer a segunda pergunta [risos]. Isso contou Baltar. Depois de ele falar muito, o major saiu, virou-se para um sargento, que era um datilógrafo e disse: - “Fica ouvindo-o aí” [risos]. E o major disse para o Baltar: - “Deixa-o lá, quando terminar, eu volto; esse cara é doido!” [risos]. Deve ter sido o que salvou ele do Inquérito (Entrevista com Heraldo Souto Maior, 2019, p. 4).

No jornal *Correio da Manhã* do dia 26 de junho de 1965, O.M.C. (1965), autor que usava apenas as iniciais do nome para não se expor no contexto de repressão política, assinou uma resenha alertando para o emprego específico que Pessoa de Morais fazia da palavra revolução. E destacou o uso particular da categoria revolução brasileira como um processo de longa duração e não episódio de revolução política.

Ele usa a palavra revolução assim como se fala em Revolução Industrial; e descreve o processo de modernização do Brasil arcaico (termo de Jacques Lambert) durante os últimos decênios e anos: os traços característicos da nova sociedade, o declínio das autoridades tradicionais, o movimento estudantil e o ocaso do bacharelismo, as lideranças de ontem e as de hoje, os movimentos rurais e operários, a urbanização e industrialização, o papel e a distribuição das forças na vida pública etc. Parece tratar-se de continuidade da Obra de Gilberto Freyre [...] como já se salientou, o termo revolução, no título do seu livro, não se refere a revoluções políticas de superfície. Talvez por isso mesmo a obra pareça suspeita aos superficiais; e na semana passada já se noticiou que o professor Pessoa de Morais não é bem visto pelos que sabem tudo melhor; o que não o incomodará e só lhe enaltece o valor do livro (C., 1965, p. 2).

Com base na reconstrução do contexto linguístico da época no tocante às palavras-chave revolução e revolução brasileira, o artigo comentará o livro de Pessoa de Morais e o uso que fez da categoria revolução brasileira a

⁴ Notícia publicada no *Correio da Manhã* no dia 13 de junho de 1965 na página 3 do jornal com o título: Recife: 28 acusados de subversão.

seguir, uma categoria explicativa atinente ao Brasil republicano. Em vista disso, no próximo tópico é reconstruído o contexto intelectual que lança algumas luzes sobre o livro. Em seguida, SRB é comentado, e, por fim, são feitas as considerações finais.

Historiografia da revolução brasileira

O livro SRB foi escrito entre 1963 e 1964, quando “o país estava irreconhecidamente inteligente”, vivia-se “a fase mais interessante e alegre da História brasileira” (Schwarz, 2009, p. 21). O conflito entre dois projetos distintos, no interior das classes dirigentes, chegava a uma resolução provisória com o Golpe de 1964. De um lado, forças políticas desejavam “fortalecer o capitalismo por meio de uma maior integração do mercado interno e o Estado nacional, aproximando-se de países em situação similar, a fim de minorar a dependência econômico-política ante os EUA” (Del Roio, 2007, p. 91). De outro lado, forças políticas preferiam “uma inserção maior no mercado mundial e uma relação privilegiada com o império americano” (Del Roio, 2007, p. 91). Após o Golpe, em vez de revolução brasileira, tal como pensada pela intelectualidade identificada com as esquerdas, venceu o projeto da contrarrevolução que se opunha ao varguismo, ao janguismo e ao trabalhismo. Era o desfecho melancólico de uma época liberal-democrática inaugurada pela Constituição de 1946, e aquela historiografia que usava a palavra revolução perdia o solo histórico que a nutria⁵.

Considerável literatura utilizou, entre 1889 e 1966, a categoria revolução brasileira à direita e à esquerda do jogo político ou debateu a problemática da transformação capitalista industrial no Brasil (Shiota, 2018). Nesta historiografia, a categoria revolução brasileira tem três significados básicos diferentes: revolução como episódio violento para derrubada dos governantes com a participação das Forças Armadas; revolução como o processo de transformação capitalista com independência econômica, democracia e soberania nacional; revolução como transformação socialista.

Para alguns autores, revolução significava revoltas, movimentos armados, insurreição, quarteladas, guerra civil, golpes de Estado promovidos pelas Forças Armadas. Esse é o sentido básico do termo presente, sobretudo, na literatura escrita e publicada entre 1888 e 1945. Esse significado do conceito está ligado, além da experiência histórica, à influência do organicismo, do positivismo, do tenentismo e do integralismo. Alguns episódios violentos, tentativas de tomada do poder pela força, eram chamados de revolução pela cultura política local a exemplo da burguesia cafeeira

paulista que designou como “Revolução de 1932” a própria tentativa frustrada de retomar o poder de Getúlio Vargas. A categoria revolução esteve, primeiramente, identificada com eventos nos quais havia a presença das Forças Armadas e o uso da violência era uma variável presente.

Por muito tempo, no Brasil, a palavra revolução esteve associada pelo senso comum a qualquer episódio de crise política institucional, particularmente os que envolvessem os militares, sem que jamais estivesse em pauta uma real mudança no poder político. Isso não significa que não estivesse em andamento um processo revolucionário real, apenas que sem uma clara e pontual subversão do poder político e derrocada das classes dominantes com seus fundamentos econômico-sociais. A revolução burguesa no Brasil seguiu um percurso análogo àquele que Gramsci chamou de “revolução passiva”: um processo no qual as forças sociais antagônicas à ordem vigente são insuficientes para alcançar a instauração de um novo poder, mas conseguem se constituir em elemento de pressão capaz de contribuir para que as velhas classes dominantes, num único movimento, façam algumas concessões às classes subalternas, atraiam seus intelectuais e incorporem novos setores sociais ao recomposto bloco histórico (Del Roio, 2007, p. 73).

A existência de um processo objetivo de transformação capitalista industrial, de uma cultura política interessada na emancipação nacional do subdesenvolvimento, a atuação política de forças sociais como a classe operária, trabalhadores rurais em busca de sindicalização, sargentos, soldados, jovens e estudantes fizeram com que um conjunto de intelectuais, ao refletirem sobre o processo em curso de transformação da sociedade de oligárquica, agrária para liberal-democrática e urbana-industrial, utilizassem a categoria revolução brasileira com vistas à constituição de um capitalismo industrial com democracia, desenvolvimento e soberania nacional (Shiota, 2018). Projeto político antagônico ao liberalismo econômico, aos interesses do capital mercantil e à vinculação subalterna aos EUA.

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas de produção, a industrialização da região sul, sudeste e de algumas capitais brasileiras, a criação das universidades, as mudanças sociais do período fizeram com que a categoria revolução brasileira mudasse de significado, adquirindo aportes teóricos. Não mais identificada aos motins, quarteladas, guerras civis, conflitos com a presença das Forças Armadas, o termo passou a ser

⁵ Octávio Ianni (1971), ao examinar o período entre 1945-1967, afirma que houve o colapso do populismo no Brasil e continuidade da “dependência estrutural” da sociedade brasileira.

usado para se referir a projetos de futuro, com base em diferentes critérios por intelectuais como Nelson Werneck Sodré (1958), Álvaro Vieira Pinto (1960), Celso Furtado (1962), Guerreiro Ramos (1961, 2016), Caio Prado Júnior (1966). Na obra desses autores, os critérios subjacentes aos usos da categoria nesses autores indicavam: ruptura com o latifúndio e com o imperialismo; ampliação do regime democrático e estatização da exploração das riquezas nacionais; consciência crítica e protagonismo das massas; internalização dos “controles dos centros de decisão”; reforma política democrática e “atitude parentética”; descolonização e sensibilidade para o concreto pensado (Shiota, 2018).

Após a Revolução Cubana, quando ocorre a ruptura de relações com os EUA, em outubro de 1961, há uma nova mudança na categoria revolução brasileira. A realização das reformas propostas pelo governo revolucionário exigiu que Cuba se alinhasse à União Soviética, e a revolução, inicialmente, centrada na questão nacional, identificou-se com o marxismo-leninismo. É nesse momento que, no Brasil, foi reabilitada a semântica socialista da categoria revolução presente no horizonte dos fundadores do PCB. Também a crise política interna provocada pela renúncia de Jânio Quadros contribuiu para essa mudança conceitual (Shiota, 2018).

Desse modo, em 1961 os intelectuais reabilitam a semântica socialista para usar a categoria revolução brasileira, cujo critério passa a ser a transição socialista pela via pacífica ou armada. No uso dos, então, jovens militantes e intelectuais de esquerda como Franklin Oliveira (1962; 1963), Theotônio Júnior (1962) e Moisés Vinhas (1963), o processo poderia ocorrer de modo pacífico valendo-se das instituições e das liberdades democráticas. Já para outros jovens militantes como Jamil Almansur Haddad (1961), Marcos Perí⁶(1962) e Moniz Bandeira (1962), a revolução brasileira socialista ocorreria mediante meios épicos. Eram, no entanto, vozes minoritárias (Shiota, 2018).

Entre os sociólogos, apenas Guerreiro Ramos e Pessoa de Morais usaram a expressão revolução brasileira. O sociólogo baiano conceitua o fenômeno social revolução, distinguindo-o de fenômenos sociais análogos como golpes, guerras civis, quarteladas, tentativas de tomada do poder de Estado pela força com a presença das Forças Armadas. Para ele, é preciso encontrar um caminho brasileiro para o socialismo. “A revolução é movimento consciente que visa a efetivar uma possibilidade objetiva e esta só pode ser conhecida concreta e objetivamente enquanto situada numa totalidade. Por isso não há modelos uniformes de revolu-

ção. Cada uma é questão específica” (Ramos, 2016, p. 72). Ramos expunha a própria crença como sendo do partido ao qual estava filiado: “O PTB, na defesa dos interesses das massas obreiras, proclama a sua vocação socialista, mas não admite nenhum figurino pré-fabricado de socialismo, o qual só poderá vingar no Brasil, na medida em que for gerado pelas condições particulares da história do nosso povo” (Ramos, 2016, p. 294). Nada de *soviets*, foco guerrilheiro, luta armada, centralismo democrático; Guerreiro Ramos era contrário ao transplante acrítico de instituições, categorias de pensamento, modelos de ação e de revolução.

A sociologia brasileira dos anos 1950 e meados de 1960 buscou responder aos problemas atinentes ao desenvolvimento capitalista, à industrialização, à modernização, à burguesia nacional, ao imperialismo, à cultura popular, categorias que permitem compreender o período (Velo e Madeira, 1999). As preocupações com a democracia, com a construção de uma sociedade moderna e igualitária (Villas Boas, 2006) também fizeram parte da reflexão dos sociólogos. Desse modo, embora não usassem a categoria revolução brasileira, partilhavam a mesma problemática da transformação de uma sociedade pré-capitalista e mercantil para uma economia capitalista industrial, questionando o processo que levou à passagem “do carro de boi e da lamparina para o automóvel e a eletricidade” (Fernandes, 2008, p. 77).

A história dos conceitos ensina que o silêncio em torno de uma categoria exprime uma atitude, pois “podemos indicar nuestro dissenso simplemente eliminando de nuestro vocabulario al término correspondiente” (Skinner, 2007, p. 286). Talvez essa recusa da semântica golpista e vinculada à ação das Forças Armadas da categoria revolução brasileira contribuiu para que Holanda (1973) e os demais sociólogos não a empregassem. Em seu lugar, o historiador utilizou a expressão “nossa revolução”, cujo critério subjacente ao uso do conceito é a suplantação das raízes ibéricas, ainda operantes na sociedade brasileira. Pessoa de Morais responde à problemática semelhante, de algum modo em continuidade à reflexão de Holanda (1973). Tanto que opõe ao “homem cordial” o “homem radical”, um tipo sociológico representativo daquele momento de emergência do povo na história, quando estudantes, operários e camponeses se uniam em defesa de interesses comuns.

Jacques Lambert (1967) não utiliza a categoria revolução brasileira, e sua análise dá continuidade a um dualismo presente desde Euclides da Cunha, que opunha litoral e sertão, no pensamento social no Brasil. O brasilianista aponta

⁶ Pseudônimo usado para não expor o autor ou autores dentro do Partido Comunista e para a polícia política. Está ligado aos que participaram do racha dos cem e da criação do PCdoB em 1962.

⁷ Esse tipo ideal exprime a radicalidade de estudantes, trabalhadores e camponeses daquela conjuntura. Com existência sofrida em busca de um lugar ao sol, o homem radical questiona tudo e não acredita em quase nada. O radicalismo “significa aqui a tendência para encarar as coisas sem reservas de tolerância e sem as disposições psicológicas da flexibilidade” (Morais, 1965, p. 40), o avesso de como mandava o figurino patriarcal.

a existência de uma dicotomia estrutural, compondo duas sociedades separadas não por diferenças de natureza e sim por uma diferença de idade. Não fala de revolução brasileira nem de revolução burguesa, todavia, reconhece episódios nos quais houve revolução política no Brasil (queda da monarquia e ascensão de Getúlio em 1930). Faz menção a uma “revolução econômica e cultural, que há muito se processa no Sul, onde tem obtido grande êxito” (Lambert, 1967, p. 192). O sentido dessa revolução, para que se completasse, consistia na fusão dos dois brasis, a generalização do estilo de vida capitalista, o aumento da produtividade e a melhoria dos níveis de vida. O obstáculo seria econômico, demandaria a aplicação de técnicas industriais de grande produtividade. Diferentemente do que sugeriu O. M. C. (1965), Pessoa de Moraes afasta-se desse dualismo, embora enfrente a mesma problemática comum a muitos sociólogos do período.

Na trilogia de Gilberto Freyre, a categoria revolução é usada no sentido de revolução-conservadora do patriarcado (Shiota, 2017). No século XVIII inicia o declínio do patriarcado rural, que se acentua nos séculos XIX e XX. Não se trata de ruína, mas de perda de intensidade ou força. A desintegração da sociedade patriarcal e a da semipatriarcal são processos de média e longa duração de enfraquecimento, de conservação e não de desaparecimento do patriarcado. O ponto culminante desse processo de longa duração consistiu na abertura dos portos em 1808 e na introdução de máquinas por ingleses. As novas tecnologias e mercadorias inglesas alteraram os estilos de vida, costumes e relações entre classes, raças e regiões. Com essa revolução iniciou a substituição “do escravo pelo animal, dos bois pelo colono europeu e a máquina a vapor [...] ao novo ritmo se não de produção ou de trabalho, de existência ou de recreação que muitos adquiriram de repente dos europeus do norte” (Freyre, 1977, p. 541). O importante é que Freyre não via com bons olhos essa decadência do patriarcado, na medida em que declinava um modelo de autoridade e de ordem social que equilibrava os antagonismos, impedindo que o abismo entre as classes se convertesse em conflito aberto.

Ademais, Freyre marchou na Cruzada Democrática Feminina no dia 09/04/1964 junto com cerca de 200 mil pessoas que apoiavam o Golpe que pôs fim à Constituição de 1946 e ao governo João Goulart. Ao subir no palanque fez o seguinte discurso:

Aqui estamos, unidos, para dizer basta ao comunismo colonizador, ao imperialismo comunista; a todos os imperialismos; a todos os ladrões – os de liberdades brasileiras e os de dinheiros públicos; a todos os ricos, exploradores dos pobres; a todos os poderosos opressores dos fracos; a todos os mistificadores da mocidade; a todos os corruptores da cultura universitária; a todos os traidores do Brasil (apud Falcão, 2001, p. 11).

Gilberto Freyre já havia se posicionado contrariamente em relação à categoria revolução brasileira no mencionado prefácio que escreveu a Pessoa de Moraes, manifestando seus juízos de valor contra essa palavra-chave do vocabulário político da época:

O saber deste livro contrasta com o abstrato daqueles que, pretendendo explicar a “realidade brasileira”, a “revolução brasileira”, o “desenvolvimento brasileiro”, o fazem de tal modo intoxicados por teorias absorvidas de autores estrangeiros, que essas tentativas de explicação, ou seja, de iluminação de problemas obscuros, o que mais falta é – vá ao paradoxo – lucidez. A lucidez que falta aos intoxicados. E o Brasil é agora um país cheio de indivíduos intelectualmente bêbados, vítimas de grandes porres verbais a que se entregam, abusando de palavras ou de termos de que se tornam morbidamente adeptos. Outra vez, destaquem-se entre essas palavras intoxicantes, “conscientização” e “alienação”. É que estão entre as responsáveis pelo maior número de delírios verbais não só entre jovens incautos como mestres já aparentemente maduros, dentre alguns dos que pretendem orientar a juventude universitária com suas lições e preleções (Freyre, 1965, p. 15).

Freyre também expôs suas divergências com Pessoa de Moraes. “São vários os pontos em que me encontro em nítido desacordo com o autor [...]. Várias as suas interpretações que não aceito senão com profundas reservas. Não poucos os seus critérios de valor que são contrários aos meus” (Freyre, 1965, p. 16). A despeito delas, elogia o “modo altivo, independente, mais analítico do que doutrinário” e pondera que “estamos diante de trabalho de sociólogo brasileiro ainda jovem, mas já senhor de notável conhecimento teórico e sistemático da sua especialidade. Mais do que isto: crítico e pensador vigoroso” (Freyre, 1965, p. 17).

Nesse momento de seu itinerário intelectual, na década de 1960, Moraes insere-se, com esta obra importante, na linhagem dos autores que utilizaram a categoria revolução brasileira e se posicionavam política e intelectualmente em defesa de um projeto de construção de uma sociedade capitalista com independência econômica, democracia política efetiva e soberania nacional.

Vestígios de uma época

Neste tópico são apontadas as ideias básicas do autor e como ele se destacava em relação àquela historiografia, juntamente com comentários sobre o conteúdo da obra SRB. Um ponto importante a ser destacado é o fato de o livro ter sido dedicado “à juventude estudiosa

e trabalhadora, interessada nos problemas nacionais” (Morais, 1965, p. 12), sinalizando uma tomada de posição naquela conjuntura. A dedicatória revela o apoio do autor à agitação política e cultural promovida pelo movimento estudantil e pelos jovens daquela atualidade em torno das reformas de base e, sobretudo, da reforma universitária. Dedicatória e livro também corroboram o argumento de Gildo Marçal Brandão (2007), segundo o qual os intelectuais brasileiros estariam em busca de uma resposta aos desafios da “nossa revolução” – expressão ligada às tendências sociais de longa duração –, almejando dirigirem intelectual e moralmente as ações dos grandes grupos sociais.

O livro SRB possui 14 capítulos, além de introdução e posfácio incluído após o Golpe de 1964. Os títulos de cada capítulo oferecem uma ideia dos temas tratados na obra, sendo eles: 1- “A nova sociedade brasileira”; 2- “O declínio da autoridade no Brasil”; 3- “As bases do movimento estudantil”; 4- “O bacharel, o professor e a revolução”; 5- “Lideranças de ontem e de hoje”; 6- “Lideranças de hoje”; 7- “A revolução camponesa”; 8- “Fundamentos do movimento operário”; 9- “Avanços e retardamentos da mudança”; 10- “Insatisfação, urbanismo e rebelião”; 11- “Reformas, peleguismo e contradições”; 12- “A polícia, as Forças Armadas e a realidade nacional”; 13- “Complicações da revolução” 14- “A conscientização no Brasil e seus limites”.

A obra versa sobre temas diversos que são articulados e expostos numa narrativa densa e que se vale do ensaio como forma⁸. São formulados e apresentados conceitos, ideias, tipologias, discutidos assuntos como: homem radical, a perda de prestígio da autoridade patriarcal, convenções e branduras do mundo senhorial, estudantes, operários, camponeses, bacharéis, mestres-escolas, professores, mulheres, meninos, tipologia das lideranças políticas brasileiras, crenças e religiosidade do homem do campo, resistência e rebeliões de escravos e camponeses, ligas camponesas, reforma agrária, industrialização, sexo, greves, tensões sociais, pelegos, classe operária, relação cidade-campo, valores do mundo rural, valores urbanos, valores burgueses, valores operários, emprego público, moralismo político, ódio, autoritarismo, mandonismo, coronelismo, ética patriarcal, ética burguesa, ética operária, polícia, exército, marinha e aeronáutica, regiões brasileiras, marinheiros, soldados, sargentos, lideranças populares, conscientização político-eleitoral, conscientização reivindicatória, etc.

Todos os temas são articulados com base na tese defendida por Pessoa de Morais. Segundo ele, no processo social de transformação capitalista da sociedade brasileira o patriarcalismo se choca, mas se combina com os valores burgueses e operários. Trata-se de “uma categoria imprescindível para a compreensão do país” (Morais, 1965, p. 195), porque ele remanesce, apesar de decadente, conserva-se. Em todas as capitais brasileiras, “a terra, as áreas rurais e o patriarcalismo com seus valores ainda se projetam muito visíveis” (Morais, 1965, p. 247).

O modo pelo qual a problemática da transformação capitalista brasileira é enfrentada é análoga ao que Norbert Elias (1993, p. 198) designa como a mudança civilizadora do comportamento, no entanto, de outro ponto de vista teórico e em contexto histórico completamente distinto. A pacificação da sociedade ou o monopólio do uso da violência legítima é algo muito tardio entre nós, data de 1930⁹. A revolução de 1930 foi decisiva para a monopolização da violência legítima pelo Estado. O efeito, no plano das condutas dos agentes, é a imposição cada vez maior do autocontrole individual em todas as situações cotidianas. No caso brasileiro, a transformação capitalista é que possibilitou ao Estado esse monopólio da violência, conforme o qual “o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido” (Elias, 1993, p. 198). O processo civilizador das condutas particulares não está dissociado de transformações sociais mais amplas.

Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está maranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais — mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito — todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização

⁸ Sobre a conciliação entre forma e conteúdo, pensamento conceitual e intuição estética e a subversão da ordem vigente pelo ensaio como forma, ver: Adorno (2003).

⁹ A historiografia que discute poder local, coronelismo, mandonismo, autoritarismo, a Primeira República ou “República Velha” revela exatamente a inexistência dessa pacificação. Ver: Carvalho (1997). Oliveira Vianna (1987) destacou a importância do grande domínio rural, o prestígio e o poder dos latifundiários no Brasil, condenando a política particularista de clã. Nestor Duarte (1966) elucidou a incapacidade do Estado de se superpor ao poder privado. Os conflitos ocorridos durante a Primeira República também sugerem essa não pacificação da sociedade pelo poder de Estado. Ver: Alonso; Espada (2017).

da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social (Elias, 1993, p. 191).

Pessoa de Moraes (1965) demonstra que o processo civilizador das condutas é diferente no Brasil do que aquilo que Elias (1993) notou na França e Alemanha; visto que a monopolização da violência legítima é tardia, a ética patriarcal projeta-se com seus valores na sociedade capitalista, combinando-se com valores urbanos, burgueses e operários. Fundada no poder privado, a ética patriarcal é anterior à promoção do autocontrole individual, que resulta do monopólio da violência legítima do Estado. É, no limite, como se a figura do velho senhor de engenho descrita por Gilberto Freyre existisse como um valor a ser seguido na mentalidade dos homens de todas as classes sociais. A imagem é reveladora, antípoda do processo civilizador das condutas descrito por Elias (1993):

Depois do almoço, ou jantar, era na rede que eles faziam longamente o quilo – palitando os dentes, fumando charuto, cuspidando no chão, arrotando alto, peidando, deixando-se abanar, agradar e catar piolho por molequinhas, coçando os pés ou a genitália; uns coçando-se por vícios, outros por doença venérea e da pele (Freyre, 2006, p. 518).

Pessoa de Moraes identifica essa combinação de ética patriarcal e de ética burguesa na sociedade brasileira de seu tempo em inúmeras situações cotidianas, abordando uma diversidade de temas, de exemplos em que essa combinação ocorre no dia a dia das personalidades estudadas. Sempre articulando os níveis micro e macrosociológico, pautado numa reconstrução empírica lastreada na psicologia social, na teoria social, nas próprias vivências, na leitura de romances, de ensaios e de uma ampla bibliografia sobre o país, o sociólogo recifense espia a intimidade das diferentes categorias sociais para elucidar mentalidades, motivações das ações em relação a determinados valores e fins, em alusão aos modos diferentes de conceber o mundo e às visões de mundo distintas que, ao sabor das circunstâncias, perfazem a motivação das condutas dos agentes. Pondera o modo como as personalidades agiam no passado e como agem no presente. Os temas são analisados em sua gênese e evolução, na comparação entre presente burguês e passado patriarcal; no conjunto revelam uma sociedade na qual a mudança está aliada à tradição, e essa combinação se processa em todos os aspectos, inclusive nos mínimos detalhes do cotidiano dos agentes. A miscelânea de várias formas, dos elementos patriarcais, burgueses e operários, é explicada ao ser atribuída à coexistência de um sistema econômico colonial com uma nascente economia capitalista industrial, a uma estrutura secular que a história não foi capaz de romper.

Desse modo, os dois “elementos, o patriarcal, em suas diversas modalidades, e o burguês, se combinam de várias formas no Brasil, conforme a influência mais ativa ou menos ativa dos dois elementos, numa junção peculiar, tanto do ponto de vista da formação do homem nacional, como das mudanças” (Moraes, 1965, p. 196). Por conseguinte, não há um dualismo como em Jacques Lambert (1967), mas interpenetração de passado & presente, ética patriarcal & ética burguesa & ética operária. Uma forma de compreensão do tempo presente, visto sempre à luz do passado. Em suma, “séculos inteiros de formação patriarcal deixaram no brasileiro marcas profundas que a imaturidade da nova sociedade urbana de modo algum pôde apagar” (Moraes, 1965, p. 262).

Para o sociólogo recifense, a primeira etapa da revolução brasileira começa com a desintegração do sistema patriarcal, que vai da Abertura dos Portos até a abolição da escravidão (1808-1888). Em seguida, a segunda etapa acelera o tempo histórico, ocorre de modo abrupto e ganha força entre as décadas de 1930 e 1960. A tese defendida sustenta que o processo de mudança brasileiro combina tradição e transformação, sem eliminar as profundas raízes rurais e patriarcais da cultura.

Essa tese é tributária das ideias de Gilberto Freyre (2006, 1977, 2004), conforme as quais a forma patriarcal estava em processo de desintegração na sociedade brasileira. Pessoa de Moraes faz uma análise abrangente e espia a intimidade das personalidades e categorias sociais estudadas, vale-se da intuição como meio de conhecimento, escreve com estilo literário e rigor sociológico, cria conceitos e tipos ideais. Além disso, Pessoa de Moraes é fiel ao princípio metodológico de Gilberto Freyre, conforme o qual na história de “personalidades características” se encontra a história de uma sociedade. No entanto, o elogio do patriarcalismo e da visão senhorial é exclusivo de Freyre nesse momento. Moraes escreveu SRB com a mão esquerda, posicionou-se ao lado da juventude, do movimento estudantil, dos operários e dos camponeses, defendeu as reformas de base, a despeito de criticar o esquerdismo por não atingir a massa popular e superestimar as nossas condições histórico-sociais. Nas entrelinhas da obra, nota-se o desejo do autor que a revolução capitalista suplantasse o complexo patriarcal, ao contrário de Freyre. Nesse ponto, salvaguarda as diferenças, aproxima-se mais de Holanda (1973), para quem as nossas raízes ibéricas continuavam operantes, inviabilizando o universalismo dos valores liberais e a construção de uma sociedade liberal-democrática.

O fato é que Pessoa de Moraes se insere na linguagem dos intelectuais que pensaram a revolução brasileira como um processo histórico de revolução burguesa, algo que se sucede ao longo de uma temporalidade vasta e não

um evento de curta duração – um golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas –, reivindicando autonomia econômica, democracia e soberania nacional. Segundo ele,

A revolução brasileira é em suas raízes mais íntimas [...] um processo profundo de transformação. Nessa mudança, encontram decisivamente com ênfase especial, os próprios costumes [SIC] e valores que sedimentavam por assim dizer, até ontem, toda a argamassa da vida do país. Quer dizer, trata-se de uma alteração básica nos próprios estilos de vida que se reflete no novo aspecto das relações de trabalho, nos modos de pensar e de agir da sociedade. É uma revolução, com efeito, que nas suas primeiras arrancadas burguesas penetra com intensidade até na família, desarticulando as antigas relações entre os seus componentes. Altera a este respeito a ética tradicional das distâncias sociais entre pais e filhos, marido e mulher, crianças e adultos, caçulas e irmãos mais velhos. Modifica a própria composição do núcleo familiar, outrora tão numeroso e constituído até de agregados e servos. Transforma o próprio sentido das relações afetivas, afrouxando os vínculos familiares, modificando os hábitos, a feição da casa, e imprimindo a todos os grupos e instituições a marca de sua mensagem revolucionária (Morais, 1965, p. 289).

A revolução capitalista ocorre em uma formação social patriarcal ou “semifeudal” (na categorização do autor). A sociedade agrária e escravista organizava-se em torno da figura do senhor de terras, era fortemente hierarquizada. Nas posições sociais definidas com base em distâncias sociais profundas, prevalecia o domínio unilateral, a subordinação, os deveres de obediência, os princípios éticos senhoriais ortodoxos e rígidos. A despeito dessa sociedade desagregar-se com a revolução burguesa, a ética e os valores patriarcais se projetam nas motivações das ações dos agentes na nova sociedade, em maior ou menor intensidade, conforme as diferentes regiões do Brasil, pois o desenvolvimento capitalista se processava com mais força nas regiões sul e sudeste, além de algumas capitais.

A ética patriarcal prescreve ao senhor o domínio absoluto, ao escravo a obediência irrestrita, à mulher a dependência e restrição da personalidade. Comporta uma atitude senhorial para com o mundo, um sistema severo e áspero de organização da autoridade e do mando, designado como mandonismo e como autoritarismo patriarcais, como o poder do mais forte segundo o arbítrio pessoal. Essa ética estabelece costumes rígidos nas questões de honra, de família, de terra, na relação com a mulher, com os filhos. Nessa antiga sociedade, as mulheres eram proibidas de aparecer às visitas, não podiam conversar com homens, distinguiram-se por falarem pouco,

serem acanhadas e recatadas. Havia um apego aos pais, à família, à valentia e “tipicamente sertanejas, com suas crendices, seus arroubos de honra e sua facilidade de liquidar um [indivíduo] por questões de somenos importância” (Morais, 1965, p. 204). Aos dominados, essa ética prescreve valores como: favor, dependência pessoal, subserviência, afilhadismo, compadrio. Aos dominantes ela valoriza os interesses de grupo e de família, os círculos domésticos de interação, a mentalidade privatista, a intransigência, a capacidade de aliciar jagunços, a prepotência da força e do mando unilateral. No âmbito da personalidade, essa ética promove o acanhamento, a restrição da personalidade, a contenção de sentimentos e a introversão.

A revolução brasileira capitalista acelera o tempo histórico; de 1930 doravante as transformações sucedem-se de modo abrupto, deixando as pessoas mais velhas, formadas na ética patriarcal, atônitas. Com a industrialização, urbanização, alargamento do mercado interno, presença do automóvel, do rádio, da televisão, do cinema, da publicidade, do crédito, da mobilidade social, do desejo de enriquecer ocorre o advento das massas e do proletariado, a afirmação do homem comum, as solicitações de consumo e a valorização do trabalho. Mas as aspirações e os desejos de muitos eram constrangidos e frustrados pela economia subdesenvolvida, em uma conjuntura em que a inflação era a grande vilã do consumo dos mais pobres. A sociedade capitalista diminui as velhas distâncias sociais entre homens e mulheres, adultos e jovens, a mulher se emancipa dos preconceitos patriarcais mais rígidos, cria uma atmosfera de intimidade de mais permissão nos costumes sexuais. Os pais ficam fora de casa no trabalho e os filhos são criados mais livremente. A autoridade patriarcal estava em crise e o jovem passa a ter um *status* mais valorizado.

Lastreado em Sombart, Morais argumenta que a sociedade burguesa também possui uma ética, em conformidade com o papel econômico do burguês que tem de lidar persuasivamente com diferentes pessoas para alcançar o objetivo de lucrar, interage com investidores, clientes, empregados. Essa ética é caracterizada pela frouxidão dos costumes, pela flexibilidade, pelas concessões, pelo individualismo, pelo desejo de enriquecer, pelo gosto de poupar e acumular, pela especulação, pelo enriquecimento a qualquer custo, pela avidez para ganhar dinheiro e amealhar capitais. As novas técnicas de propaganda e de publicidade para venderem mercadorias e serviços geravam um mundo novo de solicitações e de aspirações inviabilizadas, para a grande massa da população, em decorrência das condições econômicas subdesenvolvidas.

Mais analítico do que normativo, o critério de Pessoa de Morais ao usar a categoria revolução brasileira é o “desmoronar da velha estrutura patriarcal com a sua

ética secular de mandonismo, a sua atitude senhorial frente ao mundo, e seu sistema severo e áspero de organização” (Morais, 1965, p. 290). Na visão de Moraes, inspirado na sociologia do conhecimento, os valores são condicionados pelas relações sociais de produção, pela economia política. Daí a importância das reformas de base, cujo significado era a “complementação do ciclo burguês e industrial que se instalou no Brasil [...]” (Morais, 1965, p. 332). As transformações de ordem material, a generalização das relações de produção capitalistas industriais, colaborariam para que, gradativamente, ocorresse a substituição dos valores patriarcais por outros, eminentemente, urbano-burgueses ou proletários na nova sociedade capitalista.

Nesse livro, as transformações ocorridas são mostradas na intimidade dos novos tipos humanos criados pelo processo social em curso de transformação capitalista. As casas, por exemplo, modificam a forma, simplificam-se, diminuem os cômodos, reduzem-se a apartamentos estreitos padronizados.

Residências sem sala de visitas. Limitadas à sala única convencional e diminuta. Uma sociedade apressada, como a sociedade urbana brasileira de hoje, não tem tempo para visitas; não dispõe de lazer. Não pode se dar a formalidades. A sala-de-visitas passou a ser para o homem, por exemplo, a mesa de bar; ponto de rua, e, muitas vezes, até para a família inteira, para homem e mulher, filhos e tudo da classe média, a vida tem agora dois tempos: o da rotina, do trabalho, e o da televisão em casa, a família toda sentada, muda, quieta, cochilando em frente à televisão. Um silêncio de velório pairando na casa; escuridão reinando, e na sala apertada, meninos, moças, rapazes, adultos estáticos, sonolentos, quase dormindo (Morais, 1965, p. 86).

No posfácio, há também um parágrafo bastante atual. Escrito após o Golpe de 1964, que atrasou 17 meses o lançamento do livro, esse intérprete do Brasil afirma que nos momentos de crise a conduta burguesa se orienta pelos valores patriarcais:

[...] a própria expansão industrial no Brasil recolheu nos seus padrões de comportamento, a projeção inevitável da ética patriarcal, pela circunstância do caldeamento de valores que caracteriza de modo decisivo a complexa e contraditória cultura brasileira. Tal fenômeno leva a burguesia brasileira, com maior ênfase nas áreas de mais acentuada influência patriarcalista a expressar, mormente em ocasiões de crise, a própria mentalidade do patriarcado, e a colocar-se, consequentemente, em atitude de adesão a ortodoxias conservadoras, fazendo-o, sobretudo, pelo receio que tal burguesia

industrial e comercial começou a experimentar, a partir da explosividade ruidosa das manifestações de massa, ampliadas pela própria propaganda esquerdista, nem sempre ajustada às nossas condições históricas (Morais, 1965, p. 333).

Essas passagens são reveladoras do talento do autor não apenas como escritor, mas também como sociólogo. Mostram a grande capacidade dele de narrar e descrever a sociedade brasileira contemporânea e de revelar determinados padrões que se fazem presentes em nossa história.

Considerações finais

Antônio Cândido ensina que “uma das ambições do crítico é mostrar como o recado do escritor se constrói a partir do mundo, mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária” (1993, p. 10). Com isso, ele destaca a importância de diferenciar texto e contexto com vistas a compreender como a sociedade de uma época se transfigura na economia interna dos textos; a entender como aquela realidade em constante modificação se converte em realidade textual, oferecendo coerência e coesão ao caos do real. É como se os livros constituíssem uma realidade própria e registrassem, cada um a seu modo, as ruínas de uma sociedade que não mais existe, tal como era sob o ponto de vista assumido pelo autor. À luz dessas considerações, SRB, como toda essa historiografia, permite um acesso indireto ao passado, sob as coordenadas de seus autores. Nesse sentido, esses livros em conjunto conservam os vestígios de uma época.

Podem também ser vistos como esforços para responder aos problemas do país, “como momentos da constituição de atores específicos, como tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação das forças sociais determinadas” (Brandão, 2007, p. 42). Ademais, os textos sempre se referem a outros textos, e esta comunicação intertextual, direta ou oblíqua, oferece um ponto de partida para a interpretação (Garcia, 2007). O artigo objetivou recuperar esse diálogo intertextual para demonstrar a importante contribuição do livro SRB para um debate mais amplo do qual Pessoa de Moraes não se furtou.

SRB, ao ser visto à luz do contexto histórico, intelectual e das contribuições que oferece para a compreensão do Brasil moderno, possui uma enorme importância para o pensamento social e para a história das ciências sociais, porque retrata o Brasil, de modo bastante singular no conjunto da produção de livros sobre a problemática da transformação capitalista, no momento de uma ruptura política, que impediu as promessas de uma revolução burguesa com democracia, soberania e independência

nacional. Projeto esse que Pessoa de Morais compartilhava com Sérgio Buarque de Holanda (1973), Nelson Werneck Sodré (1958), Álvaro Vieira Pinto (1960), Celso Furtado (1962), Guerreiro Ramos (1961, 2016), Caio Prado Júnior (1966), os quais o defendiam, cada um à sua maneira.

A obra traz de novidade, no âmbito dessa corrente historiográfica da revolução brasileira, a elucidação do processo de transformação tanto das estruturas globais quanto da intimidade, do comportamento individual, faz como que uma psicogênese e uma sociogênese da sociedade brasileira de sua época (Elias, 1993). Investiga a transformação capitalista no plano individual – a esfera psicossocial, a motivação, a orientação das condutas, as intimidades – e, no plano social, pelo recurso à sociogênese de uma mudança global que ocorre em uma sociedade de origem “semifeudal” ou patriarcal. O autor não compartilhava do otimismo presente na historiografia da revolução brasileira em torno da possibilidade de o Brasil romper com o passado-presente e “civilizar” o capitalismo. O destaque dado à combinação dos valores patriarcais com valores urbanos, burgueses e operários ponderava as dificuldades do processo social. “Não é a revolução brasileira, assim, uma linha necessariamente reta, podendo apresentar antes ziguezagues curiosos” (Morais, 1965, p. 243), avaliava o autor ao discorrer sobre esse processo social em seus caracteres globais.

Pessoa de Morais, em continuidade à tradição ensaística de interpretação do Brasil, tece uma análise inovadora no âmbito da historiografia da revolução brasileira, por tratar temas que passaram despercebidos nessa literatura mediante uma abordagem que revela a psicogênese e a sociogênese da transformação capitalista no Brasil. Ele mostra os processos sociais na intimidade do cotidiano, elabora *insights* brilhantes sobre a mudança nos padrões de distinção e de *status*; revela as motivações da conduta dos agentes, os valores, as ações, as interações e as relações sociais de diversos grupos, categorias sociais na sociedade brasileira ao se transformar em capitalista e burguesa.

Ao defender a tese de que a sociedade capitalista se acomoda à sociedade patriarcal, que os valores e a ética patriarcal permanecem no horizonte e nas condutas dos agentes nas diversas dimensões da vida social, Morais se distingue das análises dualistas, que acreditavam na capacidade do desenvolvimento capitalista destruir por completo a sociedade tradicional e concebiam atraso e modernidade de forma disjuntiva. Não se trata de um obstáculo para a constituição da sociedade capitalista, mas a constatação do modo pelo qual ela se objetiva entre nós. Por conseguinte, as razões do subdesenvolvimento não se devem a essa herança tradicional, mas às relações internacionais entre nações e à estrutura colonial da economia brasileira. É a transformação da estrutura eco-

nômica que contribuiria para, gradativamente, acelerar a desagregação do patriarcalismo.

Conforme Brandão (2005), os grandes ensaios de interpretação do Brasil nos ensinam a pensar o país, continuam desvendando a atualidade, sobretudo, nos momentos de crise, quando as explicações rotinizadas perdem sua força, as velhas ideias são revisitadas e novas criadas. O livro SRB, embora não tenha tido, até então, o reconhecimento merecido, conforme visto por razões políticas e o acaso de coincidir sua publicação com o Golpe de 1964, ombreia com os escritores desses grandes ensaios. Há critérios mediante os quais um livro pode ser classificado no rol das obras mais importantes.

[...] as obras mais significativas, os textos fundamentais, as criações teóricas mais típicas são mais capazes – porque mais coerentes, mais amplas, mais profundas e mais autônomas – de revelar a natureza de uma época e a consistência de uma concepção política, de permitir aos homens a tomada de consciência do que fazem e de extrair todas as implicações de sua própria situação (Brandão, 2005, p. 243).

Esse é o caso da obra discutida; sem sombra de dúvida, ela nos convida a interperlar uma época de curta existência democrática e nos ensina algo acerca de nosso presente.

Referências

- ADORNO, Theodor W. 2003. O ensaio como forma. In: T. W. ADORNO, *Notas de Literatura I*. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo, Ed. 34. p. 15-45. (Coleção Espírito crítico).
- ALONSO, Angela; ESPADA, Heloisa (org.). 2017. *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil. 1889-1964*. Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles, 427 p.
- BANDEIRA, Moniz. 1962. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Melso, 183 p.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. 2007. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 220 p.
- BRANDÃO, G. M. 2005. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, **48**(2):231-269.
- BRUNO, Haroldo. 1969. O homem brasileiro. *Correio da Manhã*, Primeiro Caderno, Rio de Janeiro, 29 out., p. 4.
- CANDIDO, Antonio. 1993. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARVALHO, José Murilo de. 1997. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, **40**(2):p. 229-250. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003-&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.
- DEL ROIO, Marcos. 2007. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: João Quartim MORAES; Marcos DEL ROIO, *História do marxismo no Brasil*. vol. 4: Visões do Brasil. Campinas: Editora

- Unicamp, 2007. p. 73-134.
- DUARTE, N. 1966. *A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira*. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 128 p.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. vol. II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 308 p.
- ENTREVISTA COM ABDIAS MOURA. Entrevistador: Ricardo Shiota. Residência do entrevistado. Recife-PE, dia 11/06/2019 às 09:00h. Duração: 2h50min.
- ENTREVISTA COM HERALDO SOUTO-MAIOR. Entrevistador: Ricardo Shiota. Residência do entrevistado. Recife-PE, dia 11/03/2019 às 14:00h. Duração: 2h50min.
- FALCÃO, Joaquim. 2001. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In: Rosa Maria Barbosa ARAÚJO; Joaquim FALCÃO, *O imperador das ideias*. Rio de Janeiro, Toopbooks, p. 131-167.
- FERNANDES, Florestan. 2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. O legado da raça branca. 5ª ed. São Paulo, Globo, 440 p.
- FERREIRA, Pinto. 1950. Prefácio. In: Pessoa de MORAIS, *Sorokin, a causalidade e o futuro da sociologia*. Recife, Gráficas da Folha da Manhã, p. 7-11.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio. 1965. In: José Xavier Pessoa de MORAIS, *Sociologia da revolução brasileira: análise e interpretação do Brasil de hoje*. Rio de Janeiro, Leitura, p. 13-17.
- FREYRE, Gilberto. 2006. *Casa grande & senzala*. 51ª ed. São Paulo, Global, 728 p.
- FREYRE, Gilberto. 1977. *Sobrados & mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vols. I e II.
- FREYRE, Gilberto. 2004. *Ordem e Progresso*. 6ª ed. São Paulo, Global Editora, 1120 p.
- FURTADO, Celso. 1962. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 116 p.
- GARCIA, José M. Gonzales. 2007. Retórica y cambio de los conceptos en Quentin Skinner. In: Enrique Bocardo CRESPO, *El giro contextual: cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios*. Madrid, Editorial Tecnos, p. 367-387.
- HADDAD, Jamil Amansur. 1961. *Revolução cubana e revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 325 p.
- HALLEWELL, Laurence. 1985. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo, T. A. Queiroz; EDUSP, 693 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. 1973. *Raízes do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 155 p.
- IANNI, Octávio. 1971. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 223 p.
- JÚNIOR, Theotônio. 1962. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 122 p. (Cadernos do Povo Brasileiro).
- LAMBERT, Jacques. 1967. *Os dois Brasís*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 277 p.
- LINS, Mário. Prefácio. 1950. In: Pessoa MORAIS, *Sorokin, a causalidade e o futuro da sociologia*. Recife, Gráficas da Folha da Manhã S/A, p. 1.
- MELLO, Barbosa. 1965. "Orelha de livro". In: Pessoa MORAIS, *Sociologia da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Leitura, 343 p.
- MORAIS, José Xavier Pessoa de. 1965. *Sociologia da revolução brasileira: análise e interpretação do Brasil de hoje*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965.
- MORAIS, José Xavier Pessoa de. 1966. *Tradição e transformação no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 350 p.
- MOURA, Abdias. 1985. *O sumidouro do São Francisco: subterrâneos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 389 p.
- MOURA, Abdias. 2014. *Geometria de uma vida plena*. Recife, Bagaço, 95 p.
- OLIVEIRA, Franklin de. 1962. *Revolução e contrarrevolução no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 139 p.
- OLIVEIRA, Franklin de. 1963. *Que é a revolução brasileira?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 100 p. (Cadernos do Povo Brasileiro).
- O., M. C. 1965. As raízes sociais dos acontecimentos. *Correio da Manhã*, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, 26 jun., p. 2.
- PERI, Marcos. 1962. *Perspectivas da revolução brasileira: para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?* São Paulo, Autores Reunidos, 163 p.
- PRADO-JÚNIOR, Caio. 1966. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 332 p.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 2016. *Mito e verdade sobre a revolução brasileira*. 2ª ed. Florianópolis, Insular, 294 p.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961. 150 p.
- SCHWARZ, Roberto. 2009. *Cultura e política*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 187 p.
- SHIOTA, Ricardo. 2018. *Brasil: terra da contrarrevolução: revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico*. Curitiba, Appris, 311 p.
- SHIOTA, Ricardo Ramos. 2017. Gilberto Freyre e a revolução brasileira. *REBELA*, 7(3):453-471.
- SKINNER, Quentin. 2007. *Lenguaje, política e historia*. Bernal, Universidade Nacional de Quilmes, 339 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1958. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 257 p.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. 1999. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 212 p.
- VERAS, Dimas Brasileiro. 2010. *Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife, PE. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, 232 p.
- VIANNA, Oliveira. 1987. *Populações meridionais no Brasil*: Vol. 1: Populações rurais do centro sul. 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, EDUFF, 284 p.
- VIEIRA-PINTO, Álvaro. 1960. *Consciência e realidade nacional*. Livro I: A consciência ingênua. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 432 p.
- VIEIRA-PINTO, Álvaro. 1960. *Consciência e realidade nacional*. Livro II: A consciência crítica. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 633 p.
- VILLAS-BOAS, Gláucia. 2006. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 179 p.
- VINHAS, Moisés. 1963. *Operários e camponeses na revolução brasileira*. São Paulo, Editora Fulgor, 131 p.

Submetido em: 30/03/2020

Aceito em: 20/06/2020